

7

Conclusão

Este estudo teve como tema central a violência na família que atravessa os muros da escola. O objetivo foi compreender, por meio de narrativas construídas pelos educadores em entrevistas, suas percepções sobre as histórias de violência intrafamiliar e de sofrimento de alunos a que tiveram acesso nos contextos escolares onde trabalham. Os participantes da pesquisa são educadores que atuam em sala de aula como professores e também em posições de apoio administrativo e/ou pedagógico. São eles: Ina e Lia, duas orientadoras da Escola Brasil, uma escola estadual de ensino médio na zona sul do Rio. Ina, além de desempenhar a função de orientadora da escola Brasil, é também professora de educação infantil em uma escola de uma comunidade situada na zona sul do Rio e foi professora de educação infantil em uma escola da zona rural da mesma cidade; Mara, uma professora de matemática da escola Brasil com experiência em duas escolas particulares da zona sul; Bia, a diretora da escola Brasil e professora da Escola Alfa, uma escola particular da zona sul do Rio. Leo, o ex-coordenador e professor da escola Alfa é hoje coordenador de uma escola particular, também localizada na zona sul da mesma cidade.

O contexto da pesquisa é a escola Alfa (escola particular) e também a escola Brasil (escola pública), localizadas na zona sul do Rio. Todavia, o contexto se ampliou, uma vez que as histórias narradas se referem a diversas escolas. Além de narrar histórias a que tiveram acesso na escola Brasil e Alfa, alguns educadores entrevistados, como Ina, Mara e Bia, lembram suas experiências em outras escolas onde trabalham ou trabalharam anteriormente. Ina conta histórias da sua experiência em uma escola de educação infantil em uma comunidade da zona sul do Rio e em uma escola de educação infantil na zona rural da cidade. São histórias de violência contra crianças com as quais se envolveu diretamente. Mara faz referência a duas escolas particulares de renome na zona sul do Rio onde foi professora. Relata o que observou e casos de sofrimento de alunos dos quais tomou conhecimento. Narra ainda algumas experiências vividas em outras escolas da rede pública onde trabalhou como professora e em cargos administrativos. Bia,

a diretora da escola Brasil, lembra também episódios ocorridos em uma reconhecida escola particular da zona sul do Rio, onde é professora. O coordenador Leo, embora ocupe o cargo de coordenador em uma outra escola, refere-se na sua entrevista à sua experiência como coordenador na escola Alfa.

O meio utilizado para geração de dados foram entrevistas gravadas em áudio, em diferentes dias. A primeira delas aconteceu na escola Brasil. Dela participaram as orientadoras Lia e Ina. A segunda foi a entrevista com a professora Mara, também na escola Brasil. A terceira pessoa entrevistada foi a diretora da escola Brasil e professora da escola Alfa, Bia. A última entrevista, com o coordenador e professor Leo, foi realizada na escola particular onde trabalha atualmente, localizada na zona sul do Rio.

Durante as entrevistas, os educadores contaram histórias de violência vividas pelos alunos em suas famílias e também histórias de sofrimento causado pelo abandono e negligência dos pais e pela exigência de corresponder a modelos idealizados pela sociedade. A análise dos dados gerados nesta pesquisa levou em conta o que os educadores identificaram como sendo violência nas suas experiências e as explicações que deram a elas. Contemplou também a *performance* narrativa dos educadores: o modo como se posicionaram como narradores, como construíram sua identidade profissional, como posicionaram seus personagens, a escola, a família, o Estado e a sociedade, na interação, de modo situado e, ainda, como se posicionaram em relação a sua audiência, com base em como desejavam ser percebidos por ela

A análise levou em conta os episódios narrativos e fragmentos de fala dos educadores relevantes para esta pesquisa. Eles permitiram analisar como os educadores agiram em relação aos casos de violência dos quais tomaram conhecimento. Neles, ora se posicionam de modo agentivo - como a professora Ina que investiga, orienta e encaminha os problemas -, ora se posicionam como observadores, justificando esse posicionamento mais distanciado como fazem a professora Mara e a diretora Bia. A orientadora Lia posiciona-se como uma educadora que se envolve, porém seu envolvimento é na maioria das vezes retórico. Participa, conhece os detalhes do ocorrido, conversa, mas normalmente não faz um acompanhamento sistemático e nem tampouco encaminha. Leo se posiciona, na sua fala, como um coordenador que precisa se envolver com inúmeras tarefas e, portanto, nem sempre consegue acompanhar e assistir os

alunos que apresentam problemas. Outras vezes se inteira, observa os alunos, avalia, chama a família. Algumas vezes transfere a solução do problema para os pais. De modo geral, esboça uma visão crítica e panorâmica do comportamento das famílias das escolas particulares e da sociedade.

As orientadoras Lia e Ina contam histórias de violência física, agressões no corpo (espancamentos e queimaduras). Ina explica esse comportamento violento como sendo comum em certas culturas (os nordestinos, por exemplo), uma explicação que contém carga preconceituosa, uma vez que essencializa e generaliza o comportamento daquelas famílias, o que corrobora a visão do senso comum sobre essa população. Ela diz que as comunidades de famílias de baixa renda na zona rural da cidade são mais violentas do que as comunidades urbanas. Isso acontece em função do conhecimento que essas últimas têm sobre a existência do conselho tutelar, que pode aplicar-lhes punições (perda da guarda dos filhos, por exemplo). Segundo Ina, as crianças parecem ser alvos preferenciais de espancamentos e agressões físicas, e seu comportamento favorece a visibilidade da violência, pois, conforme argumenta a professora Ina: *“a criança fala mais”*, embora sejam submissas e reprimidas, conforme relato de Ina. Já os adolescentes, segundo Lia, ocultam marcas de agressão por sentirem-se envergonhados. Alguns se tornam agressivos. Nas histórias narradas nas entrevistas, a violência mais visível é a agressão no corpo a que são submetidas crianças de escolas de comunidades na zona rural e urbana. Assim, Lia e Ina ratificam, nas suas falas, a ideia difundida de que a violência física é mais comum nas famílias de classes de baixa renda. Mara, por sua vez, conta histórias de alunos desmotivados por causa da excessiva carga de trabalho nos seus empregos e jovens envolvidos com o tráfico de droga na escola pública do turno noturno, principalmente. A diretora, Bia, enfatiza que o maior problema dos jovens é a ausência da figura paterna em suas vidas. Segundo ela, os problemas de indisciplina são decorrentes da dificuldade do aluno de reconhecer a autoridade dos professores, uma vez que carecem de autoridade paterna.

Na escola particular as histórias giram em torno de problemas como a negligência, a permissividade, a conivência dos pais com os erros dos filhos e a transferência do papel da família para a escola. O coordenador Leo conta histórias de jovens que sofrem porque se vêm confrontados com as pressões da sociedade,

contra as quais não conseguem lutar - dentre elas, a necessidade de corresponder a um padrão de beleza e de sucesso. Bia, por sua vez, chama atenção para o fato de que os pais de alunos da escola particular não educam os filhos e transferem suas obrigações para a escola. Essa é também a visão da professora Mara e do coordenador Leo sobre esse contexto familiar, o que parece ser um grande problema para os educadores dessas instituições de ensino. Assim como Bia, Mara considera o abandono dos pais de alunos que frequentam a escola particular um problema da maior gravidade. A professora e o coordenador Leo contam dois episódios de suicídio envolvendo adolescentes de quinze e dezesseis anos, de famílias de alto poder aquisitivo e de instituições particulares de ensino diferentes. Ambos atribuem o ato à falta de afeto, à ausência dos pais e à situação de opressão que esses jovens viviam em relação aos seus pais.

Há referências em relação a diferenças de comportamento violento associadas a gênero e ao contexto social. Segundo Ina, na comunidade rural, o homem é geralmente mais violento, as meninas são alvos preferenciais da agressão e a mulher é submissa e omissa. Na comunidade urbana, segundo Lia e Ina, tanto o pai quanto a mãe agredem igualmente. Esta é também a visão de Lia, porém, as histórias que narram referem-se à agressão de mães em relação às filhas. A orientadora diz também que meninos que vêem a mãe apanhar desenvolvem, quando crescem, comportamento agressivo, voltando-se contra o pai. Segundo ela, meninos adolescentes também agredem os pais quando são agredidos. E, segundo a diretora Bia, o pai dos jovens da escola pública é muitas vezes ausente e violento. Por isso a mãe evita envolvê-lo nos problemas escolares do filho, temendo sua reação. As mães, por sua vez, são vítimas do marido/companheiro ausente uma vez que precisam suprir essa ausência cuidando sozinhas da subsistência da família e assistindo os filhos.

Para compreender a questão da violência e situá-la na nossa sociedade, a pesquisa levou em conta, primeiramente, a literatura sobre esse tema. Há consenso entre estudiosos de que a violência é um problema que afeta as sociedades de modo geral. Difere, no entanto, de sociedade para sociedade, no modo como ela se manifesta e nas formas de combatê-la ou evitá-la. No Brasil há um amplo estudo sobre a violência urbana (MISSE, 2008 2006; ZALUAR, 2005, 2001) e também publicações de pesquisadores da saúde pública que se concentram na violência que ocorre na família. Esses estudos indicam que a violência nas classes mais

pobres é a mais notificada, porém reconhecem que isso não significa que ela não ocorra em outros segmentos sociais. Essa é também uma conclusão desta investigação. Embora sendo uma pesquisa interpretativista, este estudo não vise à generalização das suas conclusões, a análise da fala dos educadores indica que o comportamento violento não é privilégio de uma classe social. A diferença reside, apenas, no tipo de violência praticada e na sua visibilidade. A violência física é mais visível em escolas de comunidades de baixa renda, enquanto a violência simbólica e psicológica é a mais perceptível nas escolas de alunos de maior poder aquisitivo. Isso não significa que não haja agressões físicas nas famílias das escolas particulares, ou que os jovens não sofrem as consequências das pressões da sociedade. O exemplo da professora Mara que narra a história do pai, gari, que conta que o filho lhe pediu R\$ 300,00 para comprar um tênis indica que, embora uma questão pouco reconhecida pelos educadores, também os jovens das escolas públicas, cujas famílias são majoritariamente das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo, sonham em ter acesso a bens materiais como forma de projeção social, uma vez que esses são um dos valores propagados na sociedade de consumo (BAUMAN, 2008). Do mesmo modo, a humilhação, os maus-tratos, a palavra depreciativa são formas de violência psicológica que são expressas no comportamento agressivo, anti-social, submisso etc. Ademais, a violência física e a violência psicológica são indissociáveis, como pode ser observado na fala da professora Ina ao afirmar que as agressões sofridas influenciam o comportamento dos alunos. Segundo ela, os alunos que apanham são mais agressivos e aqueles que têm queimaduras no corpo são mais inseguros e submissos. De modo geral, pode-se observar que todas as formas de violência a que os educadores se referem nas suas entrevistas eram causa de comportamento violento, indisciplinar, depressivo dos alunos e de outras formas de manifestação da sua baixa estima. Assim, podemos afirmar que toda violência tem efeitos dramáticos sobre suas vítimas.

Muito embora os educadores associem certos tipos de violência às famílias de escolas públicas e outros tipos às famílias de escolas particulares, é bem possível que nos seus ambientes de trabalho eles se limitem a observar o que consideram mais saliente naqueles contextos. A violência física nas famílias dos alunos das escolas particulares pode ser mais visível porque se trata de um meio social que não consegue blindar-se como fazem as famílias de escolas particulares, que

normalmente procuram profissionais especializados para cuidar dos seus problemas ou dispõem de outros mecanismos para proteger sua privacidade. Por outro lado, conforme apontou a professora Mara, as escolas públicas não contam com apoio de uma equipe que possa acompanhar os problemas dos alunos, o que a impede de enxergar a violência mais camuflada.

Este estudo traz, portanto, duas contribuições importantes. A primeira diz respeito à desconstrução da frequente associação do comportamento violento à classe de baixa renda. A outra é o questionamento sobre a posição que os educadores ocupam nas escolas na atualidade.

É importante ressaltar que, embora esta pesquisa não objetivasse fazer uma comparação entre os dois contextos escolares - o público e o privado -, ela tornou-se inevitável. Atribuo isso ao fato de vivermos em uma sociedade desigual. A todo instante, tudo faz lembrar às pessoas onde elas estão situadas nos dois extremos: pobres ou ricos. No primeiro extremo, há os pobres, que, de acordo com os valores difundidos na nossa sociedade, parecem portar uma inferioridade. O outro leva à percepção oposta. Porém, o que se percebe na fala dos educadores é que há carências nos dois extremos. Para um, essa maior carência tem a ver com sua privação material, menor mobilidade e grande pressão pela subsistência: geralmente, toda a violência é explicada em razão da sua condição; para o outro, o acesso aos bens materiais e culturais é ilimitado, porém, ainda assim, sofre: a violência que o atinge é a obrigatoriedade de corresponder às exigências e modelos que lhes são impostos. São prisioneiros das expectativas da sociedade e dos mitos que criam. Em suma, de uma maneira ou de outro, em maior ou menor grau, todos estão expostos à violência, nas suas diversas formas. Suas manifestações podem variar, no entanto ela existe em todas as camadas sociais. Ela é apenas exercida de modos diferentes. Essas diferenças nas práticas violentas podem ter muitas explicações. Uma delas pode ter a ver com o fato de que as nossas manifestações (alegria, tristeza, dor) dependem do contexto sociocultural no qual nos inserimos. Há significados compartilhados em uma comunidade sobre o que é ser violento, pacífico, negligente, atento, responsável, irresponsável etc. A fala dos educadores corrobora a visão de que nos construímos em contextos sociais situados, na nossa relação com o outro, sob crenças que compartilhamos. Construímos as regras e jogamos os jogos conforme acordado com os nossos pares, nos nossos contextos locais. Esta pesquisa está, portanto, alinhada à posição

de estudiosos da violência que chamam atenção para o risco da associação pura e simples da privação com a violência, o que pode levar a conclusões eminentemente ideológicas, resultando em mais prejuízos para as populações de baixa renda (MISSE, 2006; ZALUAR, 2001; MINAYO, 1999).

Outra contribuição trazida por esta pesquisa diz respeito ao posicionamento dos educadores nas escolas na atualidade. Essa situação negligenciada do sofrimento dos alunos dentro do ambiente escolar chama atenção para o fato de que a escola, de modo geral, não consegue lidar com as complexidades do mundo social em que vivemos. A posição que ela ocupa é ainda centrada em um modelo tradicional de ensino, distanciada da vida social. É capaz de produzir teorias, explicar os acontecimentos e justificá-los, porém, reluta em transformar sua ação. Ainda não incorporou os novos discursos, até mesmo, aqueles que propaga. Preocupa-se em assimilar as novas tecnologias nas práticas educativas, visando inserir os alunos nas diversas formas de letramento, ampliando, assim, seu acesso ao mundo. Todavia, ignora o mundo plural, heterogêneo, no qual se fazem necessários novos posicionamentos, críticos e éticos.

Na escola, a violência e o sofrimento observados no comportamento dos alunos são tratados como secundários. Além disso, a oportunidade de discutir as distorções propagadas pelos discursos que elegem alguns modos de ser em detrimento de outros é perdida. Isso porque toda a sua atenção se volta para o ensino de conteúdos, sem que procure inserir seus educadores em outras práticas, no exercício diário de se ‘olhar para fora’. Em muitas escolas, professores enfrentam turmas cada vez maiores e a exigência de metas que priorizam o vasto programa curricular. O vestibular e exames do Enem são instrumentos para aferir o desempenho das escolas, e assim, a vigilância sobre o ensino do conteúdo é cada vez maior: ele torna-se prioritário e são deixadas de lado as complexidades e contradições do mundo com as quais o jovem precisa lidar. Nessa escola, não há lugar para felicidade e sofrimento. Essas não são questões que lhe dizem respeito. Professores costumam dizer: “essa não é minha tarefa”, referindo-se à necessidade que se impõe de se envolver mais diretamente com os alunos, nas suas dificuldades, como se pudesse destituir o outro de sentimentos, aflições e inquietações. Essa posição reflete a questão institucional de uma sociedade que tem como objetivo parecer eficiente e, para isso, precisa ser seletiva. Busca-se, então, a melhor maneira de se avaliar, a melhor posição no *ranking*. Por um lado,

essa exigência oferece a oportunidade de aprimoramento, mas, por outro, se levada a extremos, contempla apenas uma minoria que pode almejar ocupar as melhores posições, negligenciando o restante dos alunos. Prática, assim, a política da exclusão. Esse é, conforme salienta o sociólogo inglês Richard Sennet (2006), o princípio da sociedade da meritocracia: uma sociedade na qual o mérito não é distribuído. O resultado é uma massa de excluídos.

A posição do professor é complexa, porque assim também é a educação. Por isso, é importante que os cursos de formação de professores tenham como meta não apenas disponibilizar as tecnologias, metodologias e práticas que tornem a tarefa de ensinar cada vez mais produtiva e eficiente, mas também possibilitar que os professores desfrutem, com seus alunos, de uma experiência humana enriquecedora. Sua atividade não pode se resumir a emprego de técnicas e domínio de conteúdo. É necessário, portanto, que os cursos de formação de professores visem a desenvolver habilidades para que possam lidar com os desafios dessa nova sociedade e reverterem-nas em seu próprio benefício. Uma formação que objetive tornar o professor mais apto a ascender a uma posição agentiva para que possa, talvez, contribuir para o surgimento de uma nova escola, onde não seja refém das extravagâncias dos pais, da negligência do Estado, ou da ganância dos donos de instituições de ensino. Essa mudança de paradigma depende dos cursos de formação de professores e de ações concretas da sociedade e do Estado. Quem sabe, possam os educadores viver uma experiência humanizadora juntamente com os alunos.